

Malagrida: o último supliciado pelo fogo

Adelto Rodrigues Gonçalves – UNIP
Doutor em Literatura Portuguesa – USP
E-mail: marilizadelto@uol.com.br

Data de chegada: 13/11/2013
Data de aprovação: 20/03/2014

PIRES, Daniel. *Padre Gabriel Malagrida: o último condenado ao fogo da inquisição*. Setúbal: Centro de Estudos Bocageanos, 2012. 136p.

O confronto entre Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), conde de Oeiras e, depois, marquês de Pombal, secretário de Estado dos Negócios do Reino, com os jesuítas teve o seu epílogo com a condenação do padre Gabriel Malagrida (1689-1761) ao garrote e à fogueira da Inquisição na Praça do Rossio, em Lisboa. Um ato de barbárie explícita que, mesmo no século XVIII, horrorizou o mundo civilizado, que já havia ficado chocado com a morte dos Távoras em 1759, acusados de tramarem um atentado contra a vida do rei D. José I (1714-1777).

Os Távoras demais acusados foram executados por quebra de ossos das pernas e dos braços e, finalmente, por esmagamento do tórax num pátio armado em Belém. Com Malagrida, ainda houve certa “complacência”, pois não teria sido atirado vivo ao fogo. De qualquer modo, sua execução foi uma exibição da mais completa selvageria, no dizer do filósofo francês François-Marie Arouet, mais conhecido como Voltaire (1694-1778) que, embora anti-jesuíta, definiu assim o episódio: “Juntou-se o excesso de ridículo e de absurdo ao excesso de horror”. (p. 131).

Reconstituir esse episódio foi o que levou o pesquisador Daniel Pires (1951) a escrever *Padre Gabriel Malagrida: o último condenado ao fogo da Inquisição* (SETÚBAL: Centro de Estudos Bocageanos, 2012), que jorra luz a um acontecimento singular na vida política portuguesa do século XVIII, livro que, de certo modo, tem a sua sequência com *O Marquês de Pombal, O Terramoto de 1755 em Setúbal e o Padre Malagrida*, que, a exemplo do anterior, acaba de ser editado pelo Centro de Estudos Bocageanos, dentro da Coleção Clássicos de Setúbal.

De nacionalidade italiana, Malagrida em 1721 radicou-se no Brasil, fazendo um trabalho de catequese com os índios guaranis, caiacazes, tabajaras, gamelas e barbados, além de fundar colégios, casas de retiro e um asilo, à época em que os jesuítas tinham apoio da monarquia portuguesa. A derrocada dos jesuítas – que, de início, até apoiaram a nomeação de Sebastião José de Carvalho e Melo para o ministério de D. José I – deu-se a partir de 1753, quando os

guaranis começaram a resistir à demarcação de fronteiras estabelecida em 1750 pelo Tratado de Madri em que Espanha e Portugal definiram aleatoriamente as fronteiras entre a província espanhola do Paraguai e a capitania de Mato Grosso, sem levar em consideração os interesses dos índios guaranis.

Como os índios rebelados contavam com o apoio dos jesuítas, que tinham também interesses econômicos na questão, a atitude despertou a ira do conde de Oeiras, então uma estrela em ascensão no reinado de D. José I que começou a partir da morte de D. João V a 31 de julho de 1750.

O mais notável dos jesuítas de sua época, Malagrida passou a ter a sua vida confundida com a da própria Companhia de Jesus. Com admiradores e seguidores na monarquia, o padre seria chamado de volta pela rainha Mariana Ana da Áustria (1683-1764) para viver na Corte, onde estava quando ocorreu o terremoto de 1º de novembro de 1755 que destruiu boa parte de Lisboa, chegando a causar danos também em Setúbal e outras vilas d'além Tejo.

Talvez porque se sentisse protegido pela nobreza tradicional, Malagrida escreveu e publicou no ano seguinte a obra *Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceu a Corte de Lisboa no primeiro de novembro de 1755* em que considerava o cataclismo um castigo de Deus, que teria ficado revoltado com toda sorte de iniquidades e licenciosidade que grassariam nas altas esferas do Reino. Sua publicação com a licença necessária do governo seria uma prova de que à época Malagrida desfrutava de grande prestígio na Corte.

O terremoto, porém, favoreceria a ascensão do conde Oeiras a ministro de D. José I com plenos poderes. Obviamente, o recado que trazia a obra seria endereçado também ao conde de Oeiras e talvez fizesse parte de um plano que pretendia levar ao seu afastamento do governo. Mas o tiro acabaria saindo pela culatra porque o conde de Oeiras, fortalecido cada vez mais, depois de “enterrar os mortos e tratar dos vivos”, acabaria por obrigar Malagrida a se exilar na vila de Setúbal, com residência fixa.

Em 1758, ocorreria a tentativa de assassinato do rei D. José I, o que daria ao conde de Oeiras a oportunidade de se vingar e livrar-se da nobreza tradicional que nunca vira com bons olhos a sua ascensão a ministro plenipotenciário, até porque não o considerava um dos seus, mas de uma nobreza subalterna. Como muito bem mostra Daniel Pires, o conde de Oeiras aproveitaria a ocasião para acusar os jesuítas da autoria moral do atentado.

Como se sabe, na noite de 3 de setembro de 1758, D. José I, quando voltava para as tendas armadas próximas ao Palácio na Ajuda, então em reconstrução, depois de uma visita a sua amante, Teresa de Távora, seria alvo de tiros, mas, mesmo ferido, conseguiria escapar. Os jesuítas, então, seriam perseguidos no Reino e nas colônias e a Companhia de Jesus extinta. Em janeiro de 1759, na sequência desses episódios, Malagrida seria encarcerado no Forte da Junqueira, depois de processo aberto pela Inquisição. Só que, gênio irrequieto, nunca silenciaria e, sempre que podia, avançaria contra o conde de Oeiras, denunciando a podridão moral do reinado de D. José I.

A rigor, teria uma atitude suicida que só pode ser explicada pelo depoimento que D. João de Almeida Portugal, o Marquês de Alorna (1726-1802), detido então na Junqueira, acusado também de envolvimento no regicídio, deu a respeito do comportamento de Malagrida na prisão, dizendo que o padre ficava horas em oração com a cabeça postada no chão, “no tempo em que estas casas de paredes tão grossas, acabadas de fazer, continham em si um frio e uma umidade insuportáveis” (p. 53). Isso teria perturbado o seu entendimento, o que o levava a dizer que ouvia vozes.

Familiar do Santo Ofício, o conde de Oeiras, obviamente, teve participação decisiva no julgamento que condenaria Malagrida, sem levar em conta que sua conduta podia estar ligada à insanidade mental. Também maçom, o conde de Oeiras disse que Malagrida “obrava por se venerar como santo e para estabelecer o fanatismo na crudelidade e leveza do povo ignorante” (p. 57). Para o ministro, o padre teria sido o “diretor espiritual dos réus que haviam fomentado e dirigido o insulto praticado contra D. José” (p. 63). Contra Malagrida, constavam ainda acusações de que costumava extorquir famílias nobres – especialmente senhoras, que pediam suas orações – sob o pretexto de devotos fins. O padre, porém, acabaria condenado pela Inquisição por heresia.

Nas conclusões, Daniel Pires observa que o conde de Oeiras encenou, de forma extremamente inteligente e metódica, uma acusação que não refletia a realidade, atribuindo aos jesuítas a autoria moral da tentativa de regicídio. Lembra ainda que Malagrida viveu seus últimos 30 meses em condições subumanas, nas prisões da Junqueira e da Inquisição, convivendo com ratos e sujeira, o que, com certeza, contribuiu para lhe agravar o estado de demência.

Todos esses episódios com requintes de detalhes podem ser acompanhados neste livro de Daniel Pires, que passa a fazer parte de uma extensa obra que inclui livros sobre Manuel Maria de Barbosa du Bocage (1765-1805), Camilo Pessanha (1867-1926), Wenceslau de Moraes (1854-1929) e Raul Proença (1884-1941), entre outros.

Doutor em Cultura Portuguesa pela Universidade de Lisboa, Daniel Pires é mais conhecido por suas pesquisas sobre Bocage, sua paixão literária, o que o levou a fundar o Centro de Estudos Bocageanos, em Setúbal, além de defender tese de doutoramento a respeito da obra do poeta. Foi responsável pela edição da *Obra Completa de Bocage*, publicada pela Edições Caixotim, do Porto, entre 2004 e 2007.

Licenciado em Filologia Germânica, já deu aulas de inglês no ensino secundário e foi professor em Setúbal. Sua paixão pela pesquisa e seu gosto pelo conhecimento já o levaram a trabalhar em São Tomé, Angola, Moçambique, Macau, China, Goa e Escócia. Em Macau viveu por três anos, entre 1987 e 1990, onde atuou na Universidade local e, mais tarde, ensinou na Universidade de Cantão, a cerca de 120 quilômetros de Hong Kong.

É autor de importantes trabalhos de divulgação da obra de Bocage, como o livro *Fábulas de Bocage* (Setúbal, Centro de Estudos Bocageanos, 2000) e a organização e publicação da brochura da Exposição Biobibliográfica comemorativa dos 230 anos de nascimento e dos 190 anos da morte de Bocage (SETÚBAL, Câmara Municipal de Setúbal/Biblioteca Pública Municipal de

Setúbal, 1995). Com Fernando Marcos, preparou a edição de uma pasta com 15 belos postais (sépia) sobre *Bocage na Prisão* (SETÚBAL, CEB, 1999).

Publicou ainda o *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa no Século XX* (Lisboa, Editora Grifo, 1996), constituído por três volumes. Colaborou no *Dicionário de História de Portugal* e no *Dicionário de Fernando Pessoa*, além de fazer parte da comissão que organizou as comemorações do bicentenário da morte de Bocage, em 2005. Tem pronto para publicação o *Dicionário da Imprensa de Macau do Século XIX*, trabalho iniciado em 1990 em que descreve todos os periódicos que foram publicados em Macau no século XIX, incluindo os jornais ingleses que, durante a Guerra do Ópio, saíram simultaneamente em Macau e em Cantão.